

ÍNDICE CRONOLÓGICO

| | |
|---|------------|
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO GERAL | 9 |
| DIREITO CONSTITUCIONAL..... | 25 |
| CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA..... | 27 |
| (atualizada até a Emenda Constitucional nº 47, de 2020) | |
| ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS..... | 147 |
| DIREITO ADMINISTRATIVO | 161 |
| LEI ESTADUAL Nº 7.486, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2003..... | 163 |
| Define o que são obrigações de pequeno valor, para fins que especifica. | |
| LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 58, de 30 DE DEZEMBRO DE 2003... | 165 |
| Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Paraíba | |
| DECRETO FEDERAL Nº 6.017, DE 17 DE JANEIRO DE 2007..... | 211 |
| Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. | |
| LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 86, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2008..... | 231 |
| Lei Orgânica da Procuradoria Geral da Paraíba | |
| DECRETO FEDERAL Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013..... | 275 |
| Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. | |

| | |
|---|-------------|
| LEI ESTADUAL Nº 10.495, DE 17 DE JULHO DE 2015..... | 289 |
| <p>Institui a Câmara de Conciliação de Precatórios e dispõe sobre a celebração de acordos e transações em ações judiciais consolidadas no regime de precatórios do Estado da Paraíba, de sua Administração, Direta e Indireta, e dá outras providências.</p> | |
| DECRETO ESTADUAL Nº 39.463, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019..... | 295 |
| <p>Dispõe sobre a celebração de termos de ajustamento de conduta, acordos em processos judiciais ou administrativos, transações, conciliações, autorizações para parcelamento de débitos com o Poder Público, ou qualquer outro tipo de ajuste que importe em assunção de obrigações pelo Poder Público, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado da Paraíba.</p> | |
| LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021..... | 299 |
| <p>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</p> | |
| DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO | 411 |
| LEI ESTADUAL Nº 5.123, DE 27 DE JANEIRO DE 1989..... | 413 |
| <p>Institui o imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.</p> | |
| LEI ESTADUAL Nº 6.379, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996..... | 431 |
| <p>Trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.</p> | |
| DECRETO ESTADUAL Nº 18.930, DE 19 DE JUNHO DE 1997..... | 503 |
| <p>Aprova o regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS</p> | |
| LEI ESTADUAL Nº 11.007, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017..... | 1063 |
| <p>Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA</p> | |
| DECRETO ESTADUAL Nº 37.814, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017..... | 1085 |
| <p>Aprova o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – RIPVA</p> | |
| LEI ESTADUAL Nº 10.094, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013..... | 1117 |
| <p>Dispõe sobre o Ordenamento Processual Tributário, o Processo Administrativo Tributário, bem como sobre a Administração Tributária</p> | |
| DIREITO AMBIENTAL..... | 1177 |
| LEI ESTADUAL Nº 6.002, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994..... | 1179 |
| <p>Institui o Código Florestal do Estado da Paraíba.</p> | |

ÍNDICE CRONOLÓGICO

| | |
|--|-------------|
| LEI ESTADUAL Nº 6.308, DE 2 DE JULHO DE 1996 | 1185 |
| Política Estadual de Recursos Hídricos. | |
| LEI ESTADUAL Nº 9.336, DE 31 DE JANEIRO DE 2011..... | 1203 |
| Política Estadual de Mudanças Climáticas. | |
| DECRETO FEDERAL Nº 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990 | 1211 |
| Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. | |
| RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 | 1229 |
| Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. | |
| RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997..... | 1235 |
| Dispõe sobre conceitos, sujeição, e procedimento para obtenção de Licenciamento Ambiental. | |
| RESOLUÇÃO CONAMA Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002 | 1249 |
| Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. | |
| RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002..... | 1253 |
| Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. | |
| RESOLUÇÃO CONAMA Nº 378, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006..... | 1259 |
| Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. | |
| RESOLUÇÃO CNRH Nº 16, DE 8 DE MAIO DE 2001..... | 1261 |
| Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos. | |
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL | 1271 |
| LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 96, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2010... | 1273 |
| Dispõe sobre a Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado da Paraíba. | |
| DIREITOS DIFUSOS, SOCIAIS E COLETIVOS..... | 1301 |
| LEI ESTADUAL Nº 5.556, DE 14 DE JANEIRO DE 1992..... | 1303 |
| Dispõe sobre o percentual de vagas para os deficientes físicos nos concursos públicos no Estado. | |

| | |
|--|-------------|
| LEI ESTADUAL Nº 7.504, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003..... | 1305 |
| Assegura proteção aos portadores de deficiências no atendimento nos serviços de saúde pública do Estado da Paraíba, e dá outras providências. | |
| LEI ESTADUAL Nº 8.102, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006..... | 1307 |
| Fundo Especial de Proteção dos Bens, Valores e Interesses Difusos. | |
| LEI ESTADUAL Nº 8.706, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008..... | 1313 |
| Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, com vistas a assegurar direito humano à alimentação adequada. | |
| DIREITO DA SAÚDE..... | 1321 |
| LEI FEDERAL Nº 14.125, DE 10 DE MARÇO DE 2021..... | 1323 |
| Responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. | |
| LEI FEDERAL Nº 14.152, DE 19 DE MAIO DE 2021..... | 1325 |
| Extensão do prazo de validade de prescrições médicas e de pedidos de exames complementares de diagnóstico emitidos para gestantes e puérperas, e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de unidade de terapia intensiva (UTI). | |
| LEI FEDERAL Nº 14.160, DE 2 DE JUNHO DE 2021..... | 1327 |
| Estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas. | |